



CÂMARA DOS DEPUTADOS



## **PROJETO DE LEI N.º 6.632, DE 2016** (Do Sr. Carlos Bezerra)

Dispõe sobre as multas pelo descumprimento das obrigações decorrentes das autorizações de pesquisa, das permissões de lavras garimpeiras, das concessões de lavra e do licenciamento.

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

MINAS E ENERGIA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre as multas pelo descumprimento das obrigações decorrentes das autorizações de pesquisa, das permissões de lavras garimpeiras, das concessões de lavra e do licenciamento.

Art. 2º O Art. 64 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa avigorar com a seguinte redação:

“Art. 64 O Regulamento deste Código estabelecerá o valor da multa, a qual será graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida, a condição econômica do infrator e os seus antecedentes.

§1º Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro.

§2º O valor das multas será recolhido ao Banco do Brasil S.A, em guia própria, à conta do “Fundo Nacional de Mineração – Parte Disponível”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

É sabido que o cumprimento de regras e normas estabelecidos pelos órgãos reguladores depende de adequada fiscalização e de efetiva punição dos agentes faltosos por meio de sanções administrativas, das quais uma das mais importantes é a multa.

Neste particular, o setor mineral não vai bem. Os valores das multas, estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral por delegação do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o denominado Código de Minas, encontram-se completamente desatualizados.

Isso ficou evidente com o recente rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da Samarco Mineração S.A, em Mariana – MG, que, apesar de ter causado perdas humanas, danos materiais e ambientais de grande monta, não vai sujeitar essa empresa a pagamento de multa compatível.

Exatamente por essa razão é que propomos que fixação dos valores mínimos e máximos da multa inicial deve ser estabelecida pelo regulamento de acordo com a gravidade da infração. Com essa medida, pretende-se reforçar o custo para os agentes que não obedecem as normas que disciplinam a atividade mineral.

Portanto, certos da importância da presente iniciativa, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a rápida aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2016.

Deputado CARLOS BEZERRA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985  
(Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 e

CONSIDERANDO, que da experiência de vinte e sete anos de aplicação do atual Código de Minas foram colhidos ensinamentos qual impende aproveitar;

CONSIDERANDO que a notória evolução da ciência e da tecnologia, nos anos após a 2ª Guerra Mundial, introduziram alterações profundas na utilização das substâncias minerais;

CONSIDERANDO que cumpre atualizar as disposições legais salvaguarda dos superiores interesses nacionais, que evoluem com o tempo;

CONSIDERANDO que ao Estado incumbe adaptar as normas que regulam atividades especializadas à evolução da técnica, a fim de proteger a capacidade competitiva do País nos mercados internacionais;

CONSIDERANDO que, na colimação desses objetivos, é oportuno adaptar o direito de mineração à conjuntura;

CONSIDERANDO, mais, quanto consta da Exposição de Motivos número 6-67-GB, de 20 de fevereiro de 1967, dos Senhores Ministros das Minas e Energia, Fazenda e Planejamento e Coordenação Econômica,

DECRETA: [\*Preâmbulo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 318 de 14/3/1967\*](#)

**CÓDIGO DE MINERAÇÃO**

## CAPÍTULO V DAS SANÇÕES E DAS NULIDADES

.....

Art. 64. A multa inicial variará de 100 (cem) a 1.000 (um mil) UFIR, segundo a gravidade das infrações. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.314, de 14/11/1996, em vigor 60 dias após a publicação*)

§ 1º Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro;

§ 2º O regulamento deste Código definirá o critério de imposição de multas, segundo a gravidade das infrações.

§ 3º O valor das multas será recolhido ao Banco do Brasil S. A., em guia própria, à conta do “Fundo Nacional de Mineração - Parte Disponível”. (*Primitivo art. 65 renumerado pelo Decreto-Lei nº 318, de 14/3/1967*)

Art. 65. Será declarada a caducidade da autorização de pesquisa, ou da concessão de lavra, desde que verificada quaisquer das seguintes infrações:

a) caracterização formal do abandono da jazida ou mina;

b) não cumprimento dos prazos de início ou reinício dos trabalhos de pesquisa ou lavra, apesar de advertência e multa;

c) prática deliberada dos trabalhos de pesquisa em desacordo com as condições constantes do título de autorização, apesar de advertência ou multa;

d) prosseguimento de lavra ambiciosa ou de extração de substância não compreendida no Decreto de Lavra, apesar de advertência e multa; e,

e) não atendimento de repetidas observações da fiscalização, caracterizado pela terceira reincidência, no intervalo de 1 (hum) ano, de infrações com multas.

§ 1º Extinta a concessão de lavra, caberá ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral - D.N.P.M. - mediante Edital publicado no *Diário Oficial da União*, declarar a disponibilidade da respectiva área, para fins de requerimento de autorização de pesquisa ou de concessão de lavra. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 6.403, de 15/12/1976*)

§ 2º O Edital estabelecerá os requisitos especiais a serem atendidos pelo requerente, consoante as peculiaridades de cada caso. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 6.403, de 15/12/1976*)

§ 3º Para determinação da prioridade à outorga da autorização de pesquisa, ou da concessão de lavra, conforme o caso, serão, conjuntamente, apreciados os requerimentos protocolizados, dentro do prazo que for conveniente fixado no Edital, definindo-se, dentre estes, como prioritário, o pretendente que, a juízo do Departamento Nacional da Produção Mineral - D.N.P.M. - melhor atender aos interesses específicos do setor minerário. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 6.403, de 15/12/1976*) (*Primitivo art. 66 renumerado pelo Decreto-Lei nº 318, de 14/3/1967*)

.....

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------